

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO**
2 **JOSÉ DO RIO PRETO-SP, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JULHO DE**
3 **DOIS MIL E DEZ.** Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e dez, em
4 segunda chamada às dezoito horas e trinta minutos, na sala de reuniões do Conselho
5 Municipal de Saúde, sob a coordenação da Mesa Diretora Colegiada, composta pelos
6 conselheiros, Antonio Cícero Ferreira de Araújo, Celi Regina da Cruz, Sanny Lima Braga
7 e José Victor Maniglia; e na presença de todos que assinaram o livro de presença, deu-
8 se início a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de São José do Rio Preto-
9 SP. **APROVAÇÃO DA ATA - REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA VINTE E OITO DE**
10 **ABRIL DE DOIS MIL E DEZ. NARRATIVA:** Passada a palavra para a conselheira Celi
11 Regina da Cruz, esta solicita que na linha 143 adicione o SEST/SENAT na representação
12 do Sistema S na CIST - Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador. Dando
13 continuidade Celi coloca que na reunião ordinária do dia 28 de abril ficou aprovado no
14 quinto ponto de pauta que, a equipe multidisciplinar do Núcleo de Apoio à Saúde da
15 Família teria sua composição reformulada e seria discutido no plenário deste Conselho
16 antes da composição da mesma; questiona se a equipe foi reformulada. **Passada a**
17 **palavra para o conselheiro Antonio Caldeira da Silva** este coloca que foi aprovado
18 na referida reunião o Projeto de Implantação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família,
19 que foi encaminhado ao Ministério da Saúde. Esclarece que o município ainda não teve
20 o projeto aprovado e o incentivo recebido, com isso, a equipe não foi reformulada até o
21 momento. Retomada a palavra Celi propõe que as pautas da reunião de 28 de abril,
22 que foram retiradas da ordem do dia, sendo, Apresentação do Projeto de Habilitação do
23 Caps III, Apresentação dos Indicadores do Pacto Pela saúde 2010-2011 e Apresentação
24 do Termo de Compromisso de Gestão, retornem para a pauta na próxima reunião
25 ordinária. Após as devidas correções e esclarecimentos, o plenário aprovou a ata da
26 reunião ordinária do dia vinte e oito de abril de dois mil e dez. **INFORMES – Item**
27 **Hum - Justificativas de Ausência. Narrativa:** O conselheiro José Victor Maniglia
28 coloca que as conselheiras Sibel Maria Atilio e Osmari Virginia Mendonça de Andrade
29 justificaram ausência desta reunião. **Item Dois – Prestação de Contas da**
30 **Secretaria Municipal de Saúde referente ao 2º Trimestre de 2010. Narrativa:** O
31 conselheiro José Victor coloca que o material apresentado na Audiência Pública de
32 Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde referente ao 2º trimestre está
33 sendo entregue aos conselheiros nesta reunião para que seja analisado pelos mesmos e
34 as observações realizadas na próxima reunião. **PRIMEIRO PONTO DE PAUTA –**
35 **APRECIÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2009. NARRATIVA:** O
36 conselheiro José Victor coloca que, na reunião que o Relatório de Gestão seria
37 apreciado por este pleno, houve questionamentos quanto à impressão que não estava
38 legível e a falta de páginas. Diante disso a Secretaria de Saúde reimprimiu o Relatório
39 Anual de Gestão 2009 e encaminhou para os conselheiros analisarem. Passada a
40 palavra para a conselheira Celi esta sugere que passe folha a folha o relatório para que
41 os conselheiros façam destaque na página que tenham observações. Passada a palavra
42 para o conselheiro José Victor este solicita que os conselheiros respeitem o tempo
43 regimental de 2 minutos para suas colocações. **Passada a palavra para o**
44 **conselheiro Ricardo Miguel Fasanelli** coloca que seria prudente que alguém

45 controlasse o tempo de fala. Passada a palavra para Érica Hirata, Planejamento da
46 SMS, esta coloca que o Relatório de Gestão foi construído no modelo enviado pelo
47 Ministério da Saúde, de acordo com a avaliação das ações pactuadas na Programação
48 Anual de Saúde de 2009. A conselheira Celi solicitou destaque nas páginas 6 (seis) e 11
49 (onze), a conselheira Maria Luiza Rodrigues na página 18 (dezoito) e a conselheira
50 Nanci Navas Carvalho na página 32 (trinta e dois). **Passada a palavra para a**
51 **conselheira Celi** esta questiona na **página 6 (seis)** no que trata sobre Controle
52 Social e Participação Popular, referente à representatividade da Presidência. Esclarece
53 que no documento consta que o segmento da Presidente, Sanny Lima Braga, é
54 Sindicato e não Trabalhadores da Saúde no qual a mesma representa. Questiona se
55 não há o segmento de trabalhadores da saúde, para ser denominado no relatório de
56 forma correta. Passada a palavra para Érica Hirata esta coloca que esta página foi
57 preenchida pelo próprio Conselho. A Secretária Executiva do CMS esclarece que no
58 campo em questão o relatório define as representações do Conselho Municipal de
59 Saúde e não do segmento a qual pertence à Presidência. Esclarece ainda que foi
60 necessário utilizar o campo "outros" para descrever as demais representações deste
61 CMS. **Retomada a palavra, a conselheira Celi** coloca que na **página 11 (onze)** no
62 Eixo de Gestão, "*Contratação de recursos Humanos para a Atenção Básica e*
63 *Especializada suprimindo as Unidades existentes e instalando as Unidades Novas*"; meta
64 realizada, "*Realizada adequação de Recursos Humanos*"; observações gerais,
65 "*Implantado o Contrato de Gratificação por Resultados para médicos*"; Celi solicita que
66 seja especificado que a adequação de recursos humanos foi realizada através de
67 terceirização por convênio, pois não foi realizado concurso público conforme pactuado
68 na Programação Anual de Saúde. Ainda na página 11 (onze) no Eixo Gestão –
69 Regulação do Acesso, "*Implementação do Complexo Regulador*", "*meta cumprida*",
70 observações gerais "*Foi realizada licitação para desenvolvimento e implantação de novo*
71 *software para o gerenciamento, regulação, controle e avaliação de todos os serviços de*
72 *saúde e assistência a população*"; Celi coloca que apenas a realização de licitação não
73 entendesse que a meta foi cumprida. Passada a palavra para Érica Hirata, esta
74 esclarece que "meta cumprida" quer dizer que a ação foi realizada, as observações
75 específicas são um complemento da informação, justificando o cumprimento ou não da
76 meta. **Passada a palavra para a conselheira Maria Luiza**, esta coloca que na
77 **página 18 (dezoito)** no Eixo Assistência Farmacêutica, "*Reorganização da entrega*
78 *domiciliar de medicamentos controlados pela Portaria 344/98*", Meta programada
79 "*100% dos usuários cadastrados em grupos prioritários nas Farmácias*", "*meta*
80 *parcialmente cumprida*", observações específicas "*O Programa de Entrega Domiciliar foi*
81 *reorganizado para atender pacientes diabéticos e hipertensos, mas considerando o*
82 *controle exigido para os medicamentos psicotrópicos estes não são incluídos no*
83 *Programa*"; Maria Luiza coloca que estes medicamentos psicotrópicos não deveriam ser
84 entregues em residências e questiona se esses medicamentos estão sendo entregues a
85 algum paciente em sua residência. Representantes da Secretaria de Saúde afirmaram
86 que nenhum paciente está recebendo medicamentos psicotrópicos em casa. **Retomada**
87 **a palavra Maria Luiza** questiona, se os medicamentos não estão sendo entregues por
88 que a meta está como parcialmente cumprida. **Passada a palavra Carmem Lígia**
89 **Firmino, Assistência Farmacêutica da SMS**, esta esclarece que a meta está

90 parcialmente cumprida devido a meta programada ser para cadastro dos usuários.
91 **Passada a palavra para a conselheira Nanci**, esta coloca que na página 32 (trinta e
92 dois), Eixo Vigilância em Saúde – Saúde do Trabalhador Municipal, “*Implantar a Norma*
93 *Regulamentadora Nº 32 – para os trabalhadores da rede municipal de saúde*”, meta
94 programada “*Melhorias das condições de trabalho através do cumprimento de*
95 *legislação específica*”, “*meta cumprida*”, observações específicas “*Foram realizadas*
96 *inspeções em alguns ambientes de trabalho para diagnóstico e indicação de EPIs*”;
97 Nanci coloca que de acordo com a justificativa que consta nas observações gerais,
98 demonstra que a meta programada não foi cumprida, não em sua totalidade. Coloca
99 ainda que os Agentes Comunitários de Saúde ficaram todo o ano de 2009 trabalhando
100 sem EPIs, que só chegaram neste ano. **Passada a palavra Marilda Cristina A. de**
101 **Araújo**, Saúde do Trabalhador da SMS, esta esclarece que este trabalho foi iniciado,
102 com a realização do diagnóstico. **Passada a palavra para Camila Pacífico Sparvolli**,
103 Departamento Jurídico da SMS, esta sugere que seja colocado meta parcialmente
104 cumprida. **Retomada a palavra, Nanci** coloca que logo abaixo onde consta, “*Executar*
105 *ações de vigilância epidemiológica e sanitária com o objetivo de reduzir o índice de*
106 *afastamento por doenças ocupacionais registrados na Riopretoprev*”, meta programada
107 “*Implementar Política Nacional de Humanização do SUS tendo como protagonistas os*
108 *trabalhadores da rede municipal de saúde, com parceria do CMS e Fórum dos*
109 *Trabalhadores*”, observações específicas “*Durante o decorrer do ano estas ações foram*
110 *revistas e modificadas*”; Nanci questiona por que no quadro de avaliação da ação não
111 consta se a meta foi cumprida ou não, pois o quadro está em branco. Solicita que seja
112 descrito que a meta não foi cumprida, pois, não houve nenhuma discussão sobre este
113 assunto com o Fórum dos Trabalhadores nem com o CMS. **Passada a palavra para**
114 **Marilda Cristina**, esta esclarece que ocorreram algumas mudanças de estruturação do
115 serviço, uma realocação de serviços para o CEREST. Coloca que as parcerias foram
116 todas feitas, com a Riopretoprev e com a Secretaria de Administração, no que diz
117 respeito aos afastamentos. A continuidade do trabalho vem sendo feita, porém houve a
118 necessidade de readequação. Marilda Cristina coloca que realmente não foi discutido
119 com o Fórum dos Trabalhadores e com este Conselho, porém, diante do exposto,
120 sugere que seja descrito como meta parcialmente cumprida. **Passada a palavra para**
121 **a conselheira Celi**, esta defende a posição da conselheira Nanci de que esta meta não
122 foi cumprida. **Passada a palavra para Camila**, Departamento Jurídico da SMS, esta
123 coloca que a meta é bem específica e que se não ocorreu desta forma ela não foi
124 cumprida. Camila sugere que essa meta possa ser repactuada com o Conselho para
125 que isso não ocorra novamente. Após as devidas colocações e alterações o plenário
126 aprovou com 01 (um) voto contrário sendo este da conselheira Nanci Navas Carvalho e
127 01 (uma) abstenção sendo esta da conselheira Sônia Aparecida Paz, o Relatório Anual
128 de Gestão 2009. O conselheiro José Victor questiona qual o motivo do voto contrário da
129 conselheira Nanci. Passada a palavra para a conselheira Nanci, esta esclarece que vota
130 de acordo com a definição do Fórum dos Trabalhadores. **SEGUNDO PONTO DE**
131 **PAUTA – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL DO CONSELHO MUNICIPAL**
132 **DE SAÚDE. NARRATIVA:** O conselheiro José Victor coloca que a Comissão Eleitoral do
133 Conselho Municipal de Saúde será composta por 04 (quatro) conselheiros inelegíveis,
134 sendo 02 (dois) do segmento de usuário, 01 (um) do segmento de trabalhador da

135 saúde e 01 (um) do segmento de gestor. **Passada a palavra para a conselheira**
136 **Celi**, esta coloca que na reunião extraordinária do dia 14 de julho que contou com a
137 participação do Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Francisco Batista Junior,
138 ficou acordado que a Comissão Eleitoral iria ser composta em 30 (trinta) dias, onde o
139 Presidente do CNS estaria presente para acompanhar este processo. **Passada a**
140 **palavra para o conselheiro José Victor**, este coloca que essa colocação é um
141 equívoco, pois o Junior se comprometeu a retornar a Rio Preto para dar sua
142 contribuição nas alterações da Lei do CMS após a composição do novo pleno deste
143 Conselho e não para compor Comissão Eleitoral. Enfatiza que não foi esta a colocação
144 feita pelo Presidente do CNS, pois jamais aceitaria esse processo. Coloca que a
145 intenção é compor a comissão eleitoral, para realizar uma nova eleição o mais breve
146 possível, devido este mandato ter sido prorrogado, ou seja, este Conselho é
147 temporário. **Passada a palavra para a conselheira Celi**, esta recorda que o acordo
148 pactuado naquela reunião, foi que o Presidente do CNS retornaria a este Conselho em
149 30 (trinta) dias para avaliação do andamento dos acordos políticos firmados naquele
150 momento e para composição da Comissão Eleitoral. **Passada a palavra para o**
151 **conselheiro José Victor**, este se coloca a disposição de ligar para o Presidente do
152 CNS neste instante para sanar essa dúvida e enfatiza que todos os acordos políticos
153 firmados foram cumpridos. O conselheiro sugere que se dê andamento na pauta e
154 assim a composição da Comissão Eleitoral. Solicita que os segmentos de usuários e
155 trabalhadores da saúde se reúnam para discutir seus representantes. Coloca que esta
156 Comissão terá o apoio das Assessorias Jurídicas da SMS e do CMS na elaboração do
157 Edital de Convocação das Eleições que será submetido à apreciação deste plenário.
158 **Passada a palavra para a conselheira Nanci**, esta solicita pedido de vista deste
159 ponto de pauta até que a ata da reunião extraordinária do dia 14 de julho seja vista e
160 esclareça este impasse. **Passada a palavra para o conselheiro Alexandre de Paula**
161 **Júnior**, este concorda com o pedido de vista, por ser prudente aguardar que todos
162 tenham conhecimento claro do acordado na referida reunião, evitando margem de
163 dúvida. **Passada a palavra para a conselheira Denize Fernandes**, esta coloca que
164 naquela reunião entendeu que o Presidente do CNS disse o Conselho teria 90 (noventa)
165 dias para realizar esse processo eleitoral, podendo compor a Comissão a qualquer
166 momento dentro desse período. **Passada a palavra para o conselheiro José Victor**,
167 este coloca que conforme o Regimento Interno deste CMS quando um conselheiro pede
168 vista do ponto de pauta, não há mais discussão, com isso o pedido de vista da Nanci
169 deve ser respeitado, pois a mesma ainda é conselheira. **TERCEIRO PONTO DE PAUTA**
170 **– INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA VII CONFERÊNCIA**
171 **MUNICIPAL DE SAÚDE. NARRATIVA:** Dando continuidade, o conselheiro José Victor
172 coloca que conforme discussão no ponto anterior, este ponto de pauta foi prejudicado.
173 Diante disso propõe que este ponto seja discutido na próxima reunião. Registra-se que
174 ficou acordado que a após o recebimento da ata da reunião ordinária de 14 de julho
175 assinada pelo Presidente do CNS, Francisco Batista Junior, e esclarecimento das
176 dúvidas quanto ao acordado, será marcada a próxima reunião ordinária deste
177 Conselho. **Sem mais a tratar, deu-se por encerrada a reunião que eu, Nathália**
178 **Brandão Prota, secretariei e lavrei a presente ata, que após lida e aprovada**
179 **será assinada por mim e pelos conselheiros da Mesa Diretora Colegiada,**

180 **Antonio Cícero Ferreira de Araújo, Celi Regina da Cruz, Sanny Lima Braga e**
181 **José Victor Maniglia. Estiveram presentes na reunião os conselheiros**
182 **municipais de saúde:** Alexandre de Paula Junior, José Victor Maniglia, Antonio
183 Caldeira da Silva, Antonio Fernando Araújo, Brunna Valin, Marilda Faria Affini, Ricardo
184 Miguel Fasanelli, Horácio José Ramalho, Cléverson Rocha D'Ávila, Sanny Lima Braga,
185 Romeu Carlos Álvares, Denize Fernandes, Nanci Navas Carvalho, Maria Luiza
186 Rodrigues, Sônia Aparecida Paz Furlanetto, Mirna Médes, Celi Regina da Cruz, Maria
187 Aparecida Abel Firmino, Mara Lúcia Néspolo, Antonio Cícero Ferreira Araújo, Pedro
188 Gomes, Francisco Bezerra Brito e Geovanne Furtado de Souza.